

ATA DA 155ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a 155ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro César Pereira (SMOBI), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Flávia Mourão Parreira do Amaral (PBH), Vereadora Fernanda Pereira Altoé (CMBH), Marta Alves Larcher (MPMG), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP) e Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA).

Ausência justificada: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: apresentação, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, das “Ações voltadas para a Segurança Hídrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.”

A palavra foi repassada ao representante da COPASA, Sérgio Neves Pacheco, que procedeu à apresentação.

O palestrante iniciou apresentando o Sistema Integrado de Abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, composto pelos Sistemas da Bacia do Rio Paraopeba (SBP) e da Bacia do Rio das Velhas (SBV). O Sistema Paraopeba, composto pelos sistemas Rio Manso, Serra Azul e Várzea das Flores, é responsável por 52% do abastecimento e o sistema Rio das Velhas é responsável por 48%. O palestrante lembrou que a captação do Paraopeba na represa Rio Manso está paralisada desde 25/01/2019 e a nova captação no Rio Paraopeba está sendo testada, devendo entrar em funcionamento ainda em 2023. O sistema Rio das Velhas é a principal fonte de abastecimento do Município de Belo Horizonte.

Com o rompimento da barragem de Brumadinho no Córrego do Feijão, em janeiro de 2019, a COPASA fez uma avaliação da capacidade de reservação que se tinha à época. Foi realizada uma projeção a partir de dados meteorológicos do período mais crítico dos últimos anos (2014 e 2015), quando houve uma crise hídrica que colocou todo o sistema da RMBH em alerta para um possível racionamento. Em dezembro de 2015, entrou em operação a captação do Rio Paraopeba, que contribuiu para evitar o possível racionamento. A partir dessa época, os níveis de reservação foram se recuperando, chegando próximo a 100% no ano de 2018. No ano de 2019, com o rompimento da barragem de Brumadinho, o volume armazenado teve que ser utilizado. A COPASA fez, então, uma nova projeção do abastecimento, com os dados meteorológicos dos anos anteriores e constatou a possibilidade de um novo colapso do sistema, o que provocaria um racionamento em meados de 2020. Tal projeção agilizou a operação da nova captação do Rio Paraopeba. O volume reservado foi recuperado nos anos seguintes, devido às precipitações acima da média histórica até 2023.

O palestrante informou que o rompimento da barragem de Brumadinho levou os órgãos de controle a realizarem uma avaliação mais detalhada das barragens de rejeitos na RMBH, revelando a Bacia do Velhas como um ponto crítico, pois nessa bacia a COPASA não dispõe de reservação.

O palestrante apresentou, ainda, um mapa com a localização das barragens de rejeitos nas bacias dos rios Paraopeba e Velhas, destacando que muitas das barragens encontravam-se sem atestado de estabilidade, gerando grande apreensão quanto ao sistema de abastecimento. A VALE construiu, então, barramentos de jusante para reter os resíduos sólidos e evitar impactos, principalmente na captação de Bela Fama e está buscando a descaracterização dessas barragens. A dificuldade do processo de descaracterização, além do risco iminente de rompimento, é que o procedimento não pode ser feito com ação humana, tem que ser robotizado.

À época do rompimento em Brumadinho (2019), a COPASA apresentou ao Comitê Pró-Brumadinho, AGU, MPMG e outros órgãos, ações que poderiam mitigar um possível rompimento na Bacia do Rio das Velhas e,

ainda, ações que poderiam mitigar o impacto na Bacia do Rio Paraopeba em uma situação de possível racionamento, quais foram: 1) implantação de uma nova captação na Bacia do Rio Paraopeba, com capacidade de 5 m³/s, com bombeamento até a ETA Rio Manso; 2) Proteção física da captação da ETA Rio das Velhas e elaboração de Estudos de Tratabilidade; 3) implantação da adutora de interligação Carlos Prates, visando ampliar a capacidade de transferência do Sistema Rio das Velhas; 4) Reativação de poços do Vetor Norte (Lagoa Santa, Vespasiano e São José Lapa); 5) Implantação de captação provisória no reservatório de Cambimbe (entre o ponto de captação e a ETA Bela Fama), para abastecimento emergencial dos municípios de Nova Lima e Raposos; 6) Implantação de conjunto de poços tubulares para abastecimento emergencial do município de Sabará; 7) Implantação de pontos de abastecimento de Caminhões Pipa em 8 unidades da COPASA (Plano de Contingência); 8) Implantação de ações para atendimento emergencial dos clientes essenciais da RMBH (Plano de Contingência). Esse conjunto de obras fazia parte do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Águas, proposto para mitigar uma situação de evento emergencial na RMBH.

Na mesma época, a COPASA desenvolveu, em parceria com a VALE, um Plano de Contingência que fazia parte do TAC Segurança Hídrica, com ações para atendimento à cidade formal, aos aglomerados subnormais e zonas vulneráveis, aos usuários essenciais e aos municípios dependentes de Bela Fama (Raposos e Nova Lima). O Plano incluía a implantação do sistema de rodízio de abastecimento, através do Plano de Manobras. Os riscos da execução deste Plano compreendem: aumento do número de manutenções; aumento do número de vazamentos de menor e maior intensidade; possibilidade de contaminação da água devido às manutenções; atraso no retorno do abastecimento de regiões mais altas e mais distantes.

Em seguida, o palestrante caracterizou os tipos de usuários referidos pelo Plano de Contingência.

Sobre os usuários essenciais, o palestrante ressaltou que aqueles que possuem consumo superior a 80 m³/dia, teriam necessidade de complementação da demanda através de reservatórios complementares ou poços tubulares. Explicou que os usuários essenciais com consumo até 80 m³/dia são divididos em “Usuários de prioridade zero”, que são usuários com demanda constante e maior dificuldade ou impossibilidade de relocação em tempo hábil, como hospitais, postos de saúde, asilos e presídios e os “Usuários de prioridade um” que compreendem creches e instituições públicas de ensino.

Sobre os aglomerados subnormais, o palestrante esclareceu que referem-se aos conjuntos constituídos de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada, caracterizando uma urbanização fora dos padrões vigentes (IBGE). Segundo levantamento da COPASA, existem 283 aglomerados subnormais, correspondendo a quase 600 mil pessoas na RMBH.

As Zonas Vulneráveis referem-se aos locais com dificuldades geográficas e/ou técnicas de abastecimento (locais acidentados, em altas elevações, pontas de rede etc.).

A COPASA já fez o levantamento do quantitativo de reservatórios comunitários e da frota de caminhões pipa que seriam necessários, caso o Plano de Contingência fosse executado. A estimativa contempla apenas os clientes essenciais, aglomerados subnormais e zonas vulneráveis, conforme orientação da ARSAE.

O palestrante informou que as obras da nova captação do Paraopeba já foram concluídas e que a unidade se encontra em período de testes e comissionamento, já com capacidade para atender 5 m³/s.

Sobre as obras estruturantes propostas para a segurança hídrica da RMBH, o palestrante informou que à época do estudo, havia uma necessidade de ampliação da produção em 34% e, para tal, a COPASA precisava realizar as seguintes intervenções: Ampliação do Sistema Rio Manso; Implantação de Adutora de Transferência SBP-SRV; Implantação de Barramento em Ponte de Arame; Implantação de Captação Ribeirão do Prata e Implantação de Barramento Rio Macaúbas. A VALE desenvolveu os projetos, através do TAC Segurança Hídrica, alguns já foram concluídos e outros vão demandar alguma atualização da COPASA.

As obras priorizadas compreendem: Ampliação do Rio Manso (ampliação da produção para 9 m³/s e ampliação da disponibilidade de 3,2 m³/s para transferência para BH); Implantação da Adutora de Transferência (ampliação da capacidade de transferência até 3,2 m³/s para BH e maior flexibilidade e segurança) e Tratamento Complementar ETA Bela Fama (possibilidade de tratamento de até 4,5 m³/s em caso de rompimento de barragem na bacia do rio das Velhas e melhoria da qualidade do tratamento da ETA).

Sobre a ETA, prevê-se a implantação de um sistema de ultrafiltração, possivelmente o maior a ser implantado na América Latina. A COPASA lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, para avaliar a melhor tecnologia a ser adotada, com perspectiva de conclusão de licitação até o início do ano de 2024 e duração de 2 anos para a execução das obras.

Com relação à represa de Ponte de Arame, a VALE está desenvolvendo o projeto para implantação de um reservatório com capacidade de 12 milhões m³. A proposta é ter um reservatório maior, que se adeque à crescente demanda apresentada na RMBH. No caso de impossibilidade de atender essa demanda, a COPASA teria que se adequar e captar água no Rio São Francisco, a uma distância de 200 km, o que geraria um enorme impacto ambiental, principalmente pelo elevado consumo de energia elétrica ante à necessidade de implantação de várias estações elevatórias.

Após a implantação das medidas propostas, a COPASA alcançaria os 15 m³/s propostos no TAC Segurança Hídrica de 2021.

Encerrada a apresentação, o Conselheiro, Ricardo Aroeira, questionou sobre a existência de um cronograma das 05 intervenções propostas.

O palestrante informou que os recursos disponíveis são insuficientes para execução de todas as intervenções e o cronograma está em discussão, mas a previsão é de um prazo máximo de 05 anos para finalização dos empreendimentos.

A Conselheira e representante da Aplena, Ana Paula Barbosa, lembrou que existem outros fatores que afetam a segurança hídrica da RMBH, tais como a mineração, as outorgas e até mesmo os eventos extremos de mudanças climáticas.

A Conselheira e representante da PBH, Flávia Mourão, perguntou sobre a relação da COPASA e o Plano de Segurança Hídrica que está sendo elaborado pelo Governo do Estado.

O palestrante informou que a COPASA solicitou uma reunião junto à Agência Metropolitana para apresentar os estudos que já foram realizados pela Companhia, visto estar em processo de atualização do seu Plano Diretor. A expectativa é que os dados apresentados pela COPASA sejam inseridos no Plano de Segurança Hídrica, para que a Companhia gere um documento atualizado e alinhado com as expectativas e propostas do Estado.

O Conselheiro Ricardo Aroeira enfatizou que a questão da segurança hídrica extrapola a possibilidade de rompimento das barragens de rejeitos nas Bacias do Velhas e Paraopeba. Ressaltou a importância da discussão do Plano Diretor Metropolitano e da relevância que a temática "recursos hídricos" deve ter nos Planos Diretores Municipais. Destacou, ainda, a necessidade de evoluir no controle de perdas, envolvendo desde o subfaturamento e o furto de água, até as perdas físicas.

O Conselheiro e representante do SENGE, Alex Aguiar, questionou sobre os recursos a serem investidos na agregação de uma etapa de ultrafiltração no Sistema Rio das Velhas. Enfatizou, ainda, sobre a transferência de responsabilidade em que, diante de um desastre que afete os mananciais utilizados para abastecimento, a responsabilidade de tratar o manancial deveria ser do poluidor e não da Concessionária. Questionou também sobre a possibilidade de os recursos investidos serem repassados para as tarifas cobradas dos clientes. Enfatizou a necessidade de garantir equidade de abastecimento em um possível racionamento de água, para garantir que todos tenham acesso ao serviço.

O palestrante informou que o valor destinado no Acordo Global para as obras de segurança hídrica corresponde a R\$ 2,05 milhões. De acordo com a estimativa feita anteriormente, esse valor seria suficiente para as obras do Rio Manso e para a adutora de transferência. Sobre a ultrafiltração informou que os estudos foram elaborados pela VALE, mas como não houve rompimento, a empresa não foi obrigada a implementar o sistema. A COPASA vai absorver este custo em seu programa de investimentos para não correr o risco de deixar a população sem água, caso ocorra um desastre. Com relação às perdas, a COPASA está buscando regularizar as ligações e está investindo também no controle de perdas na distribuição.

O conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, perguntou sobre o atual índice de perdas da COPASA.

Em resposta, o palestrante informou que o índice é de 40%, sendo que 10% corresponde a perda social.

O Conselheiro Ricardo Aroeira sugeriu um aprofundamento da discussão com a ARSAE sobre a política de tarifa social.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.